

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA**

Rua São Luis nº 77 - Fone: (51) 3320.2100 - 90620 170 - Porto Alegre (RS)

***Às autoridades do governo federal e estadual***

 A agricultura brasileira atingiu um estágio de desenvolvimento reconhecido internacionalmente. Além de alimentar, gerar renda e emprego a milhões de brasileiros, o agronegócio é responsável por 35% das exportações brasileiras.

 Por outro lado, passamos a ser um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos, tendo sido utilizado em 2011 mais de 900 mil toneladas e gerado uma receita de 8,5 bilhões de dólares.

 Este fato por si só, merece avaliação e um controle governamental efetivo, visando salvaguardar a agropecuária nacional e proteger a saúde dos consumidores.

 O CREA-RS, através de sua Câmara Especializada de Agronomia, preocupada com o aumento de consumo de agrotóxicos pelo Brasil, realizou dias 12 e 13 de setembro de 2012, o Encontro Gaúcho Agrotóxicos, Receituário Agronômico e Alimento Seguro na Assembleia Legislativa do RS, com a participação de 515 pessoas, entre Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas e outras pessoas ligadas ao setor agropecuário.

 Após a realização de palestras por especialistas no assunto e de debates com os participantes, apresentamos as principais conclusões do encontro:

1- O aumento do consumo de agrotóxicos no Brasil é preocupante, considerando seus efeitos sobre a saúde humana e ao meio ambiente.

2- Os produtos da agropecuária nacional só terão garantia de qualidade com a implementação de um programa eficaz de monitoramento de resíduos de agrotóxicos, capaz de oferecer um alimento seguro à população.

3- O monitoramento realizado pelo MAPA e ANVISA, apesar de ser um avanço, considerando o limitado número de amostras, não garante que a produção da agricultura nacional gere um alimento seguro.

4- Há necessidade urgente de implantar, de forma efetiva, a rastreabilidade como uma das formas de proteger os bons agricultores nacionais e punir quem produz alimentos com resíduos acima do limite permitido ou não recomendados.

5- Considerando serem os agrotóxicos substâncias que podem afetar a saúde e o meio ambiente, precisam os agricultores ser preparados para utilizá-los adequadamente, pelo que, devem obrigatoriamente, passar por treinamento com carga horária e conteúdo mínimos. Para acessar as políticas públicas, como por exemplo, crédito rural, os agricultores deverão apresentar comprovante do curso, no prazo de 05 anos.

6- O agricultor, responsável técnico ou comerciante que produzir alimentos com resíduos de agrotóxicos acima do limite, deverá ser responsabilizado e penalizado como forma de garantir alimento seguro e o respeito aos limites de resíduos, através do envio de denúncia ao Ministério Público por colocar em risco a saúde das pessoas.

7- Considerando o exemplo de outros Estados da Federação, o Governo Estadual precisa entrar também com um sistema de retirada de amostras e análise de resíduos de agrotóxicos nos produtos da agricultura gaúcha e denunciar ao Ministério Público quem estiver produzindo alimentos com limite de resíduos acima do permitido.

8- As boas práticas agrícolas e a produção integrada deverão ser amplamente divulgadas, visando a sua implantação junto aos agricultores, como uma das formas de racionalizar a utilização dos agrotóxicos e consequentemente reduzir a ocorrência de resíduos. Da mesma forma, os consumidores precisam conhecer que existem sistemas de produção mais sustentáveis, a fim de valorizar os produtos agrícolas oriundos desses sistemas.

 9- O receituário agronômico deve ser reavaliado como forma de melhor responder aos profissionais que o emitem, devendo ser criada comissão especial pelo Confea para, no prazo de 90 dias, apresentar proposta para seu aperfeiçoamento.

10- Repudiar qualquer proposta que seja aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do RS no sentido de permitir a comercialização de agrotóxicos proibidos nos países de origem. Fato que representaria um retrocesso em relação à legislação existente.

|  |  |
| --- | --- |
| Eng. Agr. Juarez Morbini LopesCoordenador Câmara Especializada AgronomiaCREA-RS | Eng. Civil Luiz Alcides CapoaniPresidente CREA-RS |